

**O texto abaixo apresenta fragmentos de uma futura publicação sobre tributos e economia do período colonial, do Professor Luciano Moraes Coelho, Titular da Cadeira de Finanças Públicas (Economia do Setor Público), do Departamento de Economia – UNIVILLE.**

**Como se sabe os índios e os negros, mesmo com as datas comemorativas destinadas a estes povos, a bem da verdade não há o que comemorar.**

### **Gente do Brasil. Gente de Obrigação. Peças e Coisas.**

As denominações acima nomeavam os índios brasileiros e os escravos cá trazidos. A *peça* era um escravo jovem de sexo masculino (Boxer p.110) de primeira qualidade; todos os outros escravos de ambos os sexos valiam menos que uma *peça*. Schwartz, Stuart em (*Os Escravos “Remédios de Todas as Outras Coisas”* História da Expansão Portuguesa Vol.2 p.235) explica que *peça*, originalmente, o termo identificava um escravo entre 16 e 35 anos e com cerca de 1,70 a 1,80 m de altura. Este sistema de medida, dependendo da idade e características físicas, podia ser escravo e meio ou dois escravos. Schwartz cita um exemplo de 1663, mencionando a provisão anual da Companhia do Cacheu e Cabo Verde de 4.000 escravos como sendo equivalente a 2.500 *peças*. A partir de 1660, o termo *peça*, era simplesmente um sinônimo de escravo. Explica, ainda, que o *escravo da Guiné*, tornou-se o sinônimo de escravo africano e o *escravo da terra* para designar os índios. *Coisas* era um linguajar comercial, uma mercadoria. O sentido da *coisa* pode ser entendido como propriedade e como propriedade podia ser marcado com ferro em brasa, como se marca o gado, cabe uma referência a Nassau que a história holandesa finge desconhecer, o próprio sugeria a marcação dos escravos pela WIC com a intenção de facilitar a cobrança dos maus pagadores. Assim, a *coisa* podia ser alugada, doada, vendida e podia ser legada por herança. Assim sendo, o castigo é sempre necessário e justo o que ensinou Joanes de Laet autor “História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais”, repetir a opinião portuguesa à época “Quem quiser tirar proveito dos seus negros, há de mantê-los, fazê-los trabalhar bem e surrá-los melhor; sem isso não se consegue um serviço nem vantagem alguma”. Desse modo à escravidão só de extinguiu pela morte, que não era pouca naqueles tempos.

No afã de justificar a escravidão, sempre existiu, à época, defesa intransigente do tráfico, o comércio tanto do ponto de vista jurídico, principalmente tributário e religioso era legitimado por muitos, assim o escravo e a escravidão não era injusta nem ilegal, um negócio, apenas.

Os índios, para os jesuítas, podiam ser domesticados e evangelizados, ou como está nos Sermões do Padre Antônio Vieira “Este povo, este Estado, não se pode sustentar sem os índios. Quem há de ir buscar um pote de água ou um feixe de lenha”. Ressalte-se que o padre Antônio Vieira vivenciava o tráfico através do irmão, negociante de escravos e, propalava que o tráfego negreiro era um grande milagre de Nossa Senhora do Rosário, pois retirados da África pagã (Alencastro p.53) “os negros podiam ser salvos para Cristo no Brasil católico”. E para o colono, ora os índios, só servem para a escravidão e as mulheres índias para a satisfação sexual. Os maus tratos, aos índios, também, fazia parte da índole portuguesa (européia) escravagista. Nos anos seiscentos, principalmente, os assassinatos, escravizações e explorações eram práticas comuns, cabe aos jesuítas, embora as legislações portuguesas proibissem tais abusos, sua proteção. O jesuíta Fernão Cardim, no início do século VX, descreve o Brasil com o olhar sincero e apaixonado sobre o clima, a caça e as águas e, quanto aos índios Cardim explica o abismo entre os dispositivos e a prática colonial.

“No que diz respeito à justiça que era usada com os Índios, o rei nosso senhor tem de compreender que, se bem que Sua Majestade, como todos os seus antecessores, recomende sempre este assunto dos Índios aos governadores acima de tudo como o seu dever principal, com muitas palavras eficazes, mesmo assim a justiça que até agora tem existido no Brasil em relação a eles foi nenhuma ou muita pouca, como se vê facilmente pelos assaltos, roubos, cativeiros e outros vexames que sempre lhe

foram feitos e que ainda agora o são. Houve sempre uma justiça rigorosa contra os Índios: já foram enforcados, cortados aos pedaços, esquartejados, já lhes foram decepadas as mãos, já foram queimados com tenazes quentes e colocados na boca dos canhões por terem matado ou ajudado alguns portugueses (que talvez tenham merecido). Mas havendo pessoas, e não são poucas no Brasil, como sempre houve, e ainda há, manifestamente infames que saquearam, roubaram, marcaram a ferro quente, venderem e mataram muitos índios, até hoje não sofreram nunca o mínimo castigo, é para temer que, ao vê-lo tão desejado na Terra, caia do Céu sobre todos os habitantes do “Brasil”. (BOXER p.106).

Assim, os jesuítas julgavam pecaminoso escravizar índios e aceitavam, normalmente, a escravidão negra, porque não eram criaturas humanas, pertenciam ao domínio dos animais e isto estava nas Ordenações que os colocavam no capítulo das bestas e conforme (Boxer p.254), autoridades eclesiásticas afirmavam que a raça africana descendia de Caim, “que havia sido amaldiçoado pelo próprio Deus”.

Mesmo assim, foram os jesuítas que impediram a completa dizimação dos índios brasileiros.

Portanto, sendo os escravos, pela ótica portuguesa – precursora da escravidão – um ser inferior, a escravidão era justa. No Brasil, foi à terra distribuída (sesmarias) que ao longo do período colonial se transformaria na “grande lavoura” que no dizer de Sergio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil p.49) significava a natureza perdulária da exploração objetivo da ânsia portuguesa pela riqueza que custa ousadia e não a que custa trabalho e acrescenta “Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável”. Foi a aversão do colono português pelo trabalho braçal que inicialmente levaram a dominação das populações indígenas, logo substituído pela escrava. A escravatura brasileira inicia a globalização econômica antes mesmo do termo se popularizar no final do século XX, pois, afinal, une a história de três continentes – a Europa, a América e a África.

A escravidão, dos índios e dos escravos, é parte integrante do processo histórico brasileiro. Sem a escravidão, primeira dos índios, depois dos africanos não teria existido a grande cultura do açúcar e de todas as outras. “Sem o açúcar não haveria Brasil, sem escravos não haveria açúcar, sem Angola não haveria escravos” (Schwartz p.232). Não é um fenômeno brasileiro, sem a escravidão, não teria existido sequer o Império Romano. Começa com a escravidão doméstica e se estende a todos os meios de produção. O desenvolvimento do comércio cria a figura do proprietário, dos grandes proprietários, surge a figura do Estado como elemento principal do comércio escravagista.

Karl Marx em o *Capital* (Wernke em *Formação Histórica do Brasil* p.106) diz que “a transformação da África em uma espécie de charneca comercial para a caça aos peles negras, eis os processos idílicos da acumulação primitiva que assinalam a aurora da era capitalista. Cedo explode a guerra mercantil; ela engloba o mundo inteiro como teatro”. (...) “O regime colonial deu um grande impulso à navegação e ao comércio. Gerou as sociedades mercantis, dotadas pelos governos de monopólios e privilégios, servindo de poderoso fermento à concentração de capitais. Assegurou colocação às manufaturas nascentes, cuja facilidade de acumulação redobrou graças ao monopólio do mercado colonial”.

As críticas ao comércio escravagista foram muitas, já em 1536 (Boxer p.255) o padre Fernão de Oliveira, autor da primeira gramática portuguesa impressa, denunciava violentamente o comércio de escravos africanos, afirmou o padre que o Estado comerciava pacificamente com judeus e pagãos. Destruiu os argumentos dos mercadores que ao comprarem escravos estavam a salvar almas, contrapondo que esse negócio era pura e simplesmente o lucro monetário. Disse o padre. “Fomos os inventores de um comércio tão vil, nunca anteriormente utilizado e de que nunca se tenha ouvido falar entre os seres humanos” e finaliza no

último capítulo do livro Arte de Guerra e do Mar, de 1555. “Atacar as suas terras e escravizá-los era uma manifesta tirania e se não houvesse compradores europeus não haveria vendedores africanos”. O padre foi, mais tarde, preso em Lisboa pela Inquisição, por causa de seus pontos de vista pouco ortodoxos, pois afinal, para a Igreja da época os escravos só diferenciavam dos animais porque falavam.

Quase toda a Europa vilipendiou, desprezou, depredou, enfim, estava no contexto maior do mercantilismo europeu que sem a utilização de bomba atômica, dizimou milhões de negros e índios em escala mundial. O exemplo da América Latina nas mãos do colonizador espanhol é bem nítida, civilizações como os Astecas e Maias foram aniquiladas pelo simples uso da pólvora e doenças. A pergunta do frei dominicano espanhol Bartolomé de las Casas (1472-1566), quanto às atrocidades cometidas pelos conquistadores espanhóis contra os índios da América, permanece **“quem afinal são os bárbaros?”**.